

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**Curso:** MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

**Linha de Pesquisa:** Políticas Públicas

**De microempreendedores digitais a prestadores globais: o potencial da exportação de  
serviços digitais para a valorização do capital humano brasileiro**

027.808.980-11

Florianópolis

2025

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

O Brasil enfrenta um paradoxo amplamente discutido: forma capital humano qualificado, mas não consegue absorvê-lo plenamente no mercado interno. A teoria do capital humano (BECKER, 1993; LUCAS, 1988; ROMER, 1990) indica que educação e habilidades elevam produtividade e crescimento, porém esses efeitos são limitados quando faltam ocupações compatíveis. O resultado é subutilização profissional e má alocação de talentos (HSIEH; KLENOW, 2009), reduzindo produtividade agregada e gerando frustração e desperdício de investimentos sociais.

Esse cenário favorece o *brain drain*, entendido como migração, real ou desejada, em busca de reconhecimento profissional e melhores oportunidades (DOCQUIER; RAPOPORT, 2012). No Brasil, a intenção migratória cresce justamente entre trabalhadores qualificados que percebem maior valorização no exterior.

Ao mesmo tempo, a economia global de serviços digitais expandiu-se rapidamente (UNCTAD, 2023; OECD, 2022), abrangendo e-commerce, automação, marketing digital, análise de dados e integração tecnológica. Países como Índia, Filipinas e Vietnã transformaram esse setor em estratégia nacional de desenvolvimento, combinando capacitação, idiomas e incentivos à internacionalização.

No Brasil, embora faltem políticas equivalentes, microempreendedores têm ocupado esse espaço de forma autônoma, prestando serviços digitais a clientes estrangeiros sem deixar o país. As trajetórias a serem analisadas, incluindo prestação de serviços de e-commerce, marketing e automação para empresas estrangeiras, entre outras atividades potencialmente identificadas durante a pesquisa, ilustram o potencial de inserção transnacional, valorização do capital humano e retenção de talentos.

## 1.2 Delimitação do problema

Mesmo com o avanço expressivo da economia global de serviços digitais, reconhecida pela UNCTAD (2023) e pela OECD (2022) como um dos segmentos mais dinâmicos do comércio internacional, o Brasil ainda não estruturou políticas públicas capazes de transformar essas oportunidades em estratégia nacional de desenvolvimento.

A ausência de integração entre formação, idiomas, ambiente regulatório, tributação, apoio à internacionalização e incentivos direcionados faz com que microempreendedores atuem de forma isolada e com baixa escala. Esse vazio institucional contrasta com a atuação

coordenada de países como Índia, Filipinas e Vietnã, que desenvolveram programas robustos para organizar e fortalecer sua participação global.

Embora casos concretos de exportação de serviços digitais existam no Brasil, eles são predominantemente fruto de iniciativas individuais, limitadas pela falta de um arcabouço de apoio. Como destaca Kelley e Singer (2020), quando não há suporte institucional, essas iniciativas tendem a permanecer fragmentadas e com alcance reduzido.

Assim, o problema central desta pesquisa pode ser sintetizado da seguinte forma: o Brasil dispõe de capital humano qualificado e de experiências reais de exportação de serviços digitais, mas carece de políticas públicas estruturadas que transformem esse potencial em vetor consistente de desenvolvimento, competitividade internacional e retenção de talentos.

### 1.3 Questão de pesquisa

A subutilização do capital humano qualificado no Brasil, descrita por Becker (1993), Lucas (1988) e Romer (1990) e agravada por distorções na alocação de talentos (HSIEH; KLENOW, 2009), ocorre simultaneamente ao crescimento acelerado da economia global de serviços digitais (UNCTAD, 2023; OECD, 2022). Embora microempreendedores brasileiros já atuem em cadeias globais de serviços, essa atuação permanece fragmentada e sem apoio institucional.

Experiências internacionais bem-sucedidas, como Índia, Filipinas e Vietnã, indicam que o aproveitamento pleno desse potencial depende de políticas coordenadas.

Diante disso, a questão que orienta esta pesquisa é:

**Como experiências reais de microempreendedores brasileiros que exportam serviços digitais revelam oportunidades para ampliar a inserção transnacional do país, e quais políticas públicas podem transformar esse potencial em estratégia nacional de desenvolvimento e valorização do capital humano?**

### 1.4 Objetivos

Objetivo geral: Investigar o potencial da exportação de serviços digitais brasileiros, por meio de estudo de caso, e propor diretrizes de políticas públicas que consolidem esse fenômeno como estratégia de desenvolvimento.

Objetivos específicos:

1. Caracterizar a economia transnacional de serviços digitais e suas implicações para países emergentes.

2. Analisar a trajetória de microempreendedores brasileiros exportadores de serviços digitais, segundo abordagem de Yin (2015).
3. Identificar barreiras operacionais e institucionais enfrentadas por esses microempreendedores digitais.
4. Comparar práticas de Índia, Filipinas e Vietnã voltadas à exportação de serviços.
5. Examinar o papel da inteligência artificial como tecnologia habilitadora.
6. Formular diretrizes de políticas públicas para fomentar a exportação de serviços digitais no Brasil.

### 1.5 Justificativa

A relevância desta pesquisa manifesta-se em três dimensões centrais: teórica, empírica e política.

Dimensão teórica: O estudo articula contribuições da literatura sobre capital humano (BECKER, 1993; LUCAS, 1988; ROMER, 1990), má alocação de talentos (HSIEH; KLENOW, 2009) e *brain drain* (DOCQUIER; RAPOPORT, 2012), oferecendo um enquadramento integrado para compreender como competências digitais podem gerar valor transnacional.

Dimensão empírica: Há escassez de pesquisas brasileiras que documentem a exportação de serviços digitais por microempreendedores. O estudo de caso proposto preenche essa lacuna ao fornecer evidências sobre trajetórias, barreiras e estratégias de inserção global, complementando análises internacionais como as de Kelley e Singer (2020).

Dimensão política: O trabalho contribui para o debate sobre políticas públicas de internacionalização, qualificação digital e retenção de talentos. Comparações com Índia, Filipinas e Vietnã evidenciam como políticas coordenadas podem transformar iniciativas individuais em vantagem competitiva nacional. Além disso, relatos de microempreendedores mostram o risco de migração definitiva, reforçando a urgência de instrumentos capazes de valorizar profissionais no país.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Capital humano, *brain drain* e subutilização

A literatura identifica o capital humano como determinante essencial do desenvolvimento econômico (BECKER, 1993; LUCAS, 1988; ROMER, 1990). No Brasil, contudo, observa-se descompasso entre qualificação e oportunidades disponíveis, resultando

em subutilização de habilidades e perda de produtividade agregada, conforme a lógica de má alocação destacada por Hsieh e Klenow (2009).

Essa desconexão estimula processos de *brain drain* expressos como: migração definitiva ou intenção migratória de trabalhadores qualificados (DOCQUIER; RAPOPORT, 2012). A exportação de serviços digitais surge como alternativa estratégica, permitindo que profissionais atuem em mercados globais sem necessidade de deslocamento físico, o que amplia renda, reconhecimento profissional e potencial de retenção de talentos.

## **2.2 Economia dos serviços digitais e sua expansão**

A economia dos serviços digitais tornou-se um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional nas últimas décadas, impulsionada pela digitalização empresarial e pela demanda crescente por soluções remotas (UNCTAD, 2023; OECD, 2022; WORLD BANK, 2021).

Esse dinamismo decorre de três características centrais:

1. Intangibilidade e escalabilidade: serviços podem ser entregues repetidamente com baixo custo marginal, permitindo que microempreendedores alcancem mercados globais.
2. Capacidade de entrega remota: a virtualização elimina barreiras geográficas, possibilitando atuação transnacional em larga escala.
3. Intensidade de conhecimento: o valor produzido depende diretamente de competências técnicas e cognitivas, o que favorece países com oferta de mão de obra qualificada.

Entre os principais nichos destacam-se e-commerce, marketing digital, automação, integração de sistemas, suporte remoto e análise de dados. No Brasil, profissionais já atuam nesses segmentos, mas de forma fragmentada e sem apoio institucional.

## **2.3 Experiências internacionais comparadas**

Experiências internacionais indicam que políticas públicas coordenadas são decisivas para transformar a exportação de serviços digitais em vetor de desenvolvimento. Três países se destacam pela consistência e pelos resultados alcançados:

Índia: Consolidou-se como hub mundial de TI e serviços digitais graças a políticas contínuas de formação técnica, ensino de inglês, zonas econômicas especiais e parques tecnológicos. O programa Digital India estruturou bases institucionais que impulsionaram competitividade global.

Filipinas: O país construiu uma das maiores indústrias de BPO (terceirização internacional de processos de negócio) e atendimento digital, apoiado por incentivos fiscais, programas de qualificação e forte foco em competências linguísticas. O IT-BPO Roadmap orienta expansão e profissionalização do setor.

Vietnã: Emergiu após 2015 como destino competitivo em TI e serviços digitais, impulsionado por estratégia nacional de transformação digital, estímulo a startups e parcerias internacionais.

Esses casos evidenciam que formação, idiomas, incentivos, infraestrutura e apoio à internacionalização são elementos-chave para consolidar um setor competitivo. Tais referências iluminam caminhos possíveis para o Brasil.

## **2.4 Inteligência artificial como tecnologia habilitadora**

A inteligência artificial (IA) consolidou-se como tecnologia de propósito geral, transformando processos produtivos e elevando a produtividade em diversos setores (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2014). No contexto dos serviços digitais, a IA opera como aceleradora estrutural que facilita a entrada e a competitividade de microempreendedores brasileiros em mercados globais.

Entre suas contribuições principais destacam-se:

1. Automação de tarefas rotineiras, permitindo maior eficiência operacional em atividades como gestão de e-commerce, atendimento e análise de dados.
2. Redução de barreiras linguísticas, graças a traduções automatizadas e assistentes de escrita que facilitam interação com clientes estrangeiros.
3. Aumento da produtividade, com otimização de fluxos de trabalho, integração de plataformas e melhoria de análises de mercado.
4. Elevação do valor agregado, liberando tempo para tarefas cognitivas mais complexas e de maior conteúdo estratégico.

Estudos sobre automação indicam que ocupações intensivas em tarefas cognitivas não rotineiras tendem a se beneficiar amplamente dessas tecnologias (FREY; OSBORNE, 2017). Assim, a IA reforça o potencial do Brasil para valorizar capital humano qualificado e ampliar competitividade internacional.

## **3. METODOLOGIA**

### **3.1 Tipo e abordagem da pesquisa**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, adequada para compreender significados, percepções e dinâmicas que estruturam a atuação de microempreendedores brasileiros na exportação de serviços digitais. Trata-se também de investigação exploratória, por abordar fenômeno recente e pouco documentado no Brasil, e descritiva, ao detalhar práticas, barreiras e mecanismos de inserção transnacional.

Do ponto de vista epistemológico, insere-se na tradição interpretativa, que compreende a realidade social como resultado de interações entre indivíduos, instituições e contextos históricos (YIN, 2015). Essa perspectiva é apropriada para analisar fenômenos emergentes em ambientes digitais, altamente dinâmicos e intensivos em conhecimento.

### **3.2 Estratégia metodológica**

A pesquisa adota um estudo de caso com múltiplas unidades de análise (embedded case design), modelo que permite examinar diferentes subcomponentes de um mesmo fenômeno, conforme proposto por Yin (2015). Parte-se de um caso central de microempreendedor que presta serviços de e-commerce para empresas americanas, complementado por casos auxiliares, atuantes em áreas como marketing digital, automação, social media e produção de conteúdo.

Essa configuração amplia a capacidade de identificar padrões, divergências e mecanismos comuns entre diferentes trajetórias de exportação de serviços digitais, fortalecendo a generalização analítica e a triangulação de evidências.

### **3.3 Pressupostos teóricos e empíricos**

Os pressupostos que orientam esta pesquisa articulam literatura, evidências preliminares e contexto institucional brasileiro:

1. A exportação de serviços digitais é alternativa concreta ao *brain drain*. Profissionais qualificados buscam valorização em mercados externos (DOCQUIER; RAPOPORT, 2012). Atuar globalmente sem migrar fisicamente pode mitigar essa perda de talentos.
2. Barreiras institucionais limitam a expansão do setor no Brasil. Complexidade tributária, ausência de políticas de internacionalização, limitações linguísticas e falta de apoio governamental restringem competitividade (KELLEY; SINGER, 2020).
3. A inteligência artificial amplia produtividade e competitividade. Tecnologias digitais aumentam eficiência e reduzem custos, favorecendo microempreendedores (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2014; KANE et al., 2019).

4. Políticas públicas integradas são essenciais para consolidar o setor. Experiências de Índia, Filipinas e Vietnã mostram que formação, incentivos e infraestrutura digital são determinantes.

### **3.4 Variáveis e categorias de análise**

As categorias analíticas derivam da literatura e dos objetivos do estudo, estruturando a interpretação dos dados:

1. Capital humano e valorização profissional: competências, trajetória formativa e percepção de reconhecimento.
2. Inserção transnacional: mecanismos de acesso a mercados globais, incluindo plataformas digitais, redes profissionais e formas de contratação internacional.
3. Ambiente institucional: barreiras regulatórias, tributárias, cambiais, educacionais e linguísticas que influenciam competitividade.
4. Transformação digital dos serviços: automação, integração de sistemas e reconfiguração de processos no contexto da digitalização.
5. Tecnologias habilitadoras (IA): ganhos de produtividade, redução de custos e expansão da capacidade operacional associados à adoção de inteligência artificial.
6. Políticas públicas: lacunas, gargalos e oportunidades identificadas à luz de experiências nacionais e internacionais.

### **3.5 Contexto da pesquisa**

A pesquisa concentra-se em microempreendedores brasileiros que prestam serviços digitais para empresas estrangeiras, incluindo e-commerce, marketing digital, social media, automação e produção de conteúdo. Esses setores, impulsionados pela digitalização e pelo uso intensivo de plataformas e integrações tecnológicas, tornaram-se alguns dos mais dinâmicos do comércio internacional (UNCTAD, 2023; OECD, 2022).

Os casos analisados envolvem gestão de fluxos digitais, atendimento remoto, curadoria de conteúdo, integração de sistemas e automação, evidenciando que microempreendedores brasileiros já competem globalmente mesmo sem apoio institucional. A diversidade de perfis selecionados permite identificar padrões comuns e diferenças internas ao fenômeno.

A ausência de políticas públicas estruturadas no Brasil contrasta com experiências bem-sucedidas em países como Índia, Filipinas e Vietnã, reforçando a relevância de analisar esse potencial ainda pouco explorado.

### **3.6 Procedimentos de coleta de dados**

A coleta de dados será conduzida de forma estruturada, utilizando múltiplas fontes para ampliar a profundidade analítica e permitir triangulação:

1. Entrevistas semiestruturadas: abrangerão microempreendedores atuantes em e-commerce, marketing digital, social media, automação e produção de conteúdo. As entrevistas e relatos estruturados permitirão identificar estratégias, desafios, percepções e dinâmicas de inserção internacional.

2. Documentos e registros operacionais: serão analisados fluxos de trabalho, integrações sistêmicas, processos de automação, evidências de gestão de e-commerce e registros de atendimento digital, compondo os microfundamentos das operações.

3. Relatórios internacionais: documentos da UNCTAD (2023), OECD (2022), World Bank (2021) e políticas governamentais de Índia, Filipinas e Vietnã serão utilizados para contextualização global e comparação institucional.

4. Revisão bibliográfica temática: abrangerá capital humano, *brain drain*, economia digital, comércio de serviços, plataformas digitais e tecnologias habilitadoras, orientando categorias de análise e triangulação.

### **3.7 Técnicas de análise dos dados**

A análise será conduzida por meio de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2011), permitindo identificar padrões, categorias e significados presentes nas entrevistas, documentos e registros. O processo seguirá três etapas:

1. Pré-análise: organização do material, leitura inicial e definição do corpus.

2. Exploração do material: codificação e categorização de dados segundo as seis categorias analíticas (capital humano, inserção transnacional, ambiente institucional, transformação digital, tecnologias habilitadoras e políticas públicas).

3. Tratamento e interpretação: articulação entre evidências empíricas, literatura teórica e experiências internacionais.

A triangulação de dados proposta por Yin (2015) reforçará a validade interna, integrando múltiplas fontes para construir inferências consistentes.

### **3.8 Possibilidades e limitações**

A principal limitação desta pesquisa decorre do número reduzido de unidades de análise, o que restringe a generalização estatística. No entanto, conforme Yin (2015), estudos

de caso permitem generalização analítica, elucidando mecanismos relevantes aplicáveis a contextos semelhantes.

O fenômeno estudado é dinâmico e sujeito a mudanças rápidas, especialmente devido ao avanço da inteligência artificial e da automação (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2014; FREY; OSBORNE, 2017). Isso exige interpretação flexível e atualização contínua das análises.

Outro limite está na dependência de relatos e documentos fornecidos pelos microempreendedores, que podem variar em profundidade e disponibilidade. Para mitigar essa questão, a pesquisa empregará triangulação constante com literatura especializada e relatórios internacionais (UNCTAD, OECD, World Bank).

#### 4. CRONOGRAMA

| Cronograma                                            |         |         |         |           |           |           |           |           |
|-------------------------------------------------------|---------|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Etapa / Atividade                                     | Mês 1-3 | Mês 4-6 | Mês 7-9 | Mês 10-12 | Mês 13-15 | Mês 16-18 | Mês 19-21 | Mês 22-24 |
| Revisão de literatura                                 | X       | X       |         |           |           |           |           |           |
| Fundamentação teórica aprofundada                     | X       | X       | X       |           |           |           |           |           |
| Definição final do desenho metodológico               |         | X       | X       |           |           |           |           |           |
| Coleta de dados (entrevistas, documentos, observação) |         | X       | X       | X         |           |           |           |           |
| Análise de dados (conteúdo + triangulação)            |         |         | X       | X         | X         |           |           |           |
| Estudo comparado internacional                        |         |         | X       | X         | X         |           |           |           |
| Elaboração dos capítulos analíticos                   |         |         |         | X         | X         | X         |           |           |
| Formulação de diretrizes de políticas públicas        |         |         |         |           |           | X         | X         |           |
| Redação da dissertação completa                       |         |         |         |           |           |           | X         | X         |
| Revisão, ajustes e formatação                         |         |         |         |           |           |           |           | X         |
| Preparação da defesa                                  |         |         |         |           |           |           |           | X         |

## 5. REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, G. S. *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. Globalization, Brain Drain, and Development. *Journal of Economic Literature*, v. 50, n. 3, p. 681–730, 2012.
- HSIEH, C. T.; KLENOW, P. Misallocation and Manufacturing TFP in China and India. *Quarterly Journal of Economics*, v. 124, n. 4, p. 1403–1448, 2009.
- LUCAS, R. On the Mechanics of Economic Development. *Journal of Monetary Economics*, v. 22, n. 1, p. 3–42, 1988.
- ROMER, P. Endogenous Technological Change. *Journal of Political Economy*, v. 98, n. 5, p. S71–S102, 1990.
- UNCTAD. *Digital Economy Report 2023*. Geneva: United Nations, 2023.
- OECD. *OECD Digital Economy Outlook 2022*. Paris: OECD Publishing, 2022.
- WORLD BANK. *World Development Report 2021: Data for Better Lives*. Washington, DC: World Bank, 2021.
- YIN, R. K. *Case Study Research: Design and Methods*. 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2015.
- KELLEY, K.; SINGER, P. Shadow Sectors and Digital Services Trade. *IMF Working Paper*, 2020.
- FREY, C. B.; OSBORNE, M. A. The Future of Employment: How Susceptible Are Jobs to Computerisation? *Technological Forecasting and Social Change*, v. 114, p. 254–280, 2017.
- BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. *The Second Machine Age*. New York: W. W. Norton, 2014.
- KANE, G. C. et al. *The Technology Fallacy: How People Are the Real Key to Digital Transformation*. Cambridge: MIT Press, 2019.
- FILIPINAS — DEPARTMENT OF TRADE AND INDUSTRY. *IT-BPO Roadmap 2022*. Manila, 2022.
- INDIA — MINISTRY OF ELECTRONICS AND INFORMATION TECHNOLOGY. *Digital India Programme: Annual Report 2022*. New Delhi, 2022.
- VIETNAM — MINISTRY OF INFORMATION AND COMMUNICATIONS. *Vietnam Digital Transformation Strategy to 2025 and Vision to 2030*. Hanoi, 2020.